



**PARECER JURÍDICO**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026. PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DA MADRE DE DEUS-PE. OBSERVÂNCIA DA LEI Nº 14.133/2021. OPINATIVO PELA APROVAÇÃO DA FASE INTERNA.

**RELATÓRIO**

---

Submete-se à apreciação desta Assessoria Jurídica a análise dos aspectos legais atinentes à fase interna do Processo Licitatório nº 009/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2026, promovido pela Prefeitura Municipal de Brejo da Madre de Deus/PE.

O procedimento tem por objeto a aquisição de materiais de ferragens destinados à reconstrução das calhas e à confecção de tachos utilizados nas atividades do Matadouro Público municipal, conforme definições e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

Seguindo a liturgia de praxe, os autos foram submetidos à análise desta Assessoria Jurídica, a fim de que fosse verificada a legalidade dos atos da fase interna do procedimento licitatório.

É, em abrupta síntese, o que importa relatar.

Passo a fundamentar, para, ao final, opinar.

**FUNDAMENTAÇÃO**

---

Registre-se, de pórtico, que o presente parecer tem por objeto analisar a fase preparatória do procedimento licitatório, visando verificar os aspectos jurídicos da minuta elaborada, em conformidade com o que preceitua o art. 53 da Lei nº 14.133/21.

Ademais, cumpre salientar que essa Assessoria emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência/opportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública, nem



analisar aspectos de natureza eminentemente administrativas, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto à decisão do gestor municipal.

Pois bem. A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI. O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais fornecedores do objeto pretendido.

Em face do regramento constitucional, em 2021, foi editada a Lei Nacional nº 14.133/2021, que instituiu normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, em substituição a antiga Lei nº 8.666/93. De acordo com o art. 17 da nova legislação de regência da matéria, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (I) preparatória; (II) de divulgação do edital de licitação; (III) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; (IV) de julgamento; (V) de habilitação; (VI) recursal; (VII) de homologação.

No caso dos autos, em razão do andamento dos atos praticados até o presente momento, somente é possível realizar uma análise dos elementos registrados na fase inicial do procedimento licitatório. Por consequência, torna-se fundamental atentar para o teor do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que inaugura o capítulo referente à fase preparatória da licitação, *in verbis*:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;



PORTO E RODRIGUES  
ADVOCACIA

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Compulsando os documentos que instruem os autos do processo de contratação, verificam-se, entre outros, o Estudo Técnico Preliminar com a descrição das necessidades da contratação e Termo de Referência com a definição do objeto, as condições gerais da contratação, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e pagamento, a forma e critérios de seleção, as estimativas do valor da contratação e a adequação orçamentária.



PORTO E RODRIGUES  
ADVOCACIA

Ainda em atenção ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano Anual de Contratações (PAC), observa-se que no ETP, item 4.10, informa que: “a) A presente necessidade não está alinhada com o Plano Anual de Contratações 2026, estando o mesmo em fase de elaboração, no entanto existe disponibilidade orçamentária para atender as necessidades. A necessidade ora apresentada foi identificada e registrada no planejamento de contratações, com critérios de oportunidade, conveniência e estratégia institucional, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e transparência. b) A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)”.

Conforme expressamente consignado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), especialmente em seu item 2 – Descrição das Necessidades, a Prefeitura Municipal de Brejo da Madre de Deus, por meio da Secretaria de Agricultura, identificou a necessidade de aquisição de materiais de ferragens destinados à reconstrução das calhas e à confecção de tachos utilizados nas atividades do Matadouro Público Municipal.

Ainda de acordo com o referido ETP, as estruturas atualmente existentes, como calhas e canelas, encontram-se em avançado estado de degradação, tendo em vista que foram implantadas à época da inauguração do matadouro, no ano de 2005, não tendo recebido, desde então, manutenção adequada. O desgaste natural decorrente do uso contínuo ao longo dos anos comprometeu a integridade física desses componentes, prejudicando o correto escoamento de resíduos e a regular execução dos processos internos de abate e manipulação.

O próprio ETP ressalta, ainda, que a aquisição dos materiais de ferragens mostra-se medida indispensável para a recuperação da estrutura do matadouro, garantindo melhores condições de higiene, segurança e funcionamento. As novas calhas e tachos possibilitarão o adequado escoamento e armazenamento de resíduos, mitigando riscos de contaminação, odores e problemas sanitários, além de proporcionar condições mais adequadas de trabalho aos servidores e profissionais que atuam no local.



Por fim, conforme também destacado no ETP, a reconstrução dessas estruturas permitirá que o matadouro retome seu pleno funcionamento em conformidade com os padrões exigidos pelos órgãos de fiscalização e vigilância sanitária, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a adequada manutenção da infraestrutura pública, a segurança alimentar e o bem-estar da população.

Ademais, verifica-se a minuta de edital, conta com quatro anexos (Termo de Referência, Minuta de Contrato, Declaração Unificada, Modelo Declaração ME/EPP/MEI e dois apêndices do anexo do Termo de Referência com o Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos), e contempla o objeto, as exigências de participação na licitação, apresentação da proposta inicial, preenchimento da proposta, abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances, fase de julgamento, fase de habilitação, recursos, infrações administrativas e sanções, impugnação ao edital e do pedido de esclarecimento e das disposições gerais.

No Mapa de Riscos, por sua vez, apresenta-se uma visão clara, sistematizada e estruturada dos principais riscos inerentes às fases de planejamento, seleção e execução da contratação, contemplando, para cada evento identificado, a descrição do risco, sua probabilidade de ocorrência, o impacto potencial, bem como as respectivas medidas de prevenção e/ou mitigação, em consonância com as especificidades do objeto pretendido.

Em relação à modalidade de licitação, entende-se ser correta a escolha do Pregão Eletrônico, tendo em vista ser a modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, conforme previsto no art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021. Além disso, é a mais vantajosa para a Administração Pública em razão da ampla competitividade de preços dela decorrentes.

Outrossim, revela-se adequado o critério de julgamento pelo menor preço por item, porquanto se mostra compatível com o objeto da contratação, a aquisição de materiais de ferragens, além de atender ao disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;



PORTO E RODRIGUES  
ADVOCACIA

Quanto ao dispêndio econômico que se depreende da contratação, esta assessoria jurídica destaca que não detém *expertise* para examinar e aquilatar a correspondência dos valores estimados no certame frente ao usualmente praticado pelo mercado. Nada obstante, percebe-se que há no processo pesquisa de preços, realizadas através da plataforma do Sistema Banco de Preços, entre os meses de setembro e outubro de 2025. **Recomenda-se**, que o responsável pela realização da pesquisa proceda à assinatura dos documentos que consolidam as informações encontradas.

**Recomenda-se**, ainda, a realização de revisão ortográfica e gramatical das peças constantes nos autos, a fim de assegurar maior clareza, precisão e conformidade técnica dos documentos.

Ademais, cumpre asseverar que é obrigatória a divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do extrato do edital em Diário Oficial, em atendimento ao prescrito no art. 54, *caput* e §1º da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, nos termos do art. 54, §3º da Lei de regência da matéria, após a homologação do processo licitatório, será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

## CONCLUSÃO

---

Ante o exposto, estando configurada a regularidade do procedimento adotado, com esteio na legislação vigente, **OPINO PELA APROVAÇÃO DA FASE INTERNA**, a fim de que seja autorizado o início da fase externa do referido certame.

É, S.M.J., o Parecer, que submeto à análise superior.  
Brejo da Madre de Deus/PE, 25 de março de 2026.

**JULIO TIAGO DE C. RODRIGUES**  
**OAB/PE 23.610**